

O Efeito da Autonomia e Parceria sobre o Desenvolvimento Econômico: uma análise segundo Peter Evans

André Sobrinho Campolina Martins

Mestrando do PPGE/UFJF. E-mail: andre.campolina10@gmail.com

Suzana Quinet de Andrade Bastos

Professora pelo PPGE/UFJF e Bolsista de Produtividade Cnpq. Endereço: Rua Dr. João Penido Filho 362, AP 100, Bom Pastor, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Código Postal: 36021-600. E-mail: quinet.bastos@ufjf.edu.br

Fábio Júnior Clemente Gama

Doutor em economia pelo PPGE/UFJF. E-mail: f140383@gmail.com

Tiana de Paula Assis

Graduada em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: tianaweinmann@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe uma avaliação dos determinantes do desenvolvimento econômico com base na teoria de Estado desenvolvimentista proposta por Peter Evans (1995). O trabalho utiliza a metodologia de dados longitudinais para 174 países nos anos 2013 a 2018, e implementa diferentes técnicas de estimação para identificar se as variações do PIB per capita podem ser explicadas pelo nível de autonomia e parceria dos países. Como resultado, identificou-se que a capacidade do Estado em ser autônomo e parceiro - refletido em maior direito de propriedade, liberdade de investimento e liberdade financeira - de fato influencia positivamente no nível de desenvolvimento econômico dos países. Portanto, entende-se que a conjugação entre autonomia e parceria, isto é, entre propriedades protegidas, negócios estimulados junto aos agentes, além da livre entrada de investimentos e livre circulação financeira, entre outros, são características que sim compõem um Estado desenvolvimentista e que, portanto, devem ser estimuladas na busca pelo aumento do nível de desenvolvimento econômico dos países.

Palavras-chave: Estado, Autonomia, Parceria

Abstract: This paper proposes an assessment of the determinants of economic development based on the developmental theory of state proposed by Peter Evans (1995). The paper uses a longitudinal data methodology for 174 countries from 2013 to 2018, and implements different estimation techniques to identify whether variations in per capita GDP can be explained by the countries' level of autonomy and partnership. As a result, it was identified that the ability of the state to be autonomous and partner - reflected in greater property rights, freedom of investment and financial freedom - indeed positively influences the level of economic development of countries. Therefore, it is understood that the combination of autonomy and partnership, that is, between protected properties, business stimulated with the agents, in addition to the free entry of investments and free financial circulation, among others, are characteristics that make up a developmental State and that therefore, they must be stimulated in the search for an increase in the level of economic development of countries.

Keywords: State, Autonomy, Partnership

JEL Classification: D73, P16

Área 5: Crescimento econômico e desenvolvimento regional

1. INTRODUÇÃO

O dualismo acerca da participação ou não do Estado como agente líder na promoção do desenvolvimento é uma discussão constante no campo das ciências econômicas. Predominantemente substanciada pelo trabalho de teóricos neo-utilitaristas, a corrente chamada neoliberal deposita confiança nas forças do mercado (Evans, 1995), sendo defensora da atuação restrita do aparato governamental na economia. Na década de 1970, a estagnação apresentada por Estados como os da América latina e da África foi utilizada como vitrine para a defesa do argumento da teoria neoliberal. Segundo autores como Krueger (1974), as burocracias criadas em torno dos governos estrangulavam o empreendedorismo ou mesmo acabavam se desviando para atividades improdutivas, como aquelas de clientismo, pautadas no auto-interesse dos agentes. Desta forma, limitar a influência governamental - majoritariamente - à proteção dos direitos individuais e à execução de contratos privados, abrindo caminho para a livre atuação do mercado foi apontado como a estratégia mais acertada na busca pelo desenvolvimento.

A partir da década de 1990, economistas e sociólogos ampliam o entendimento acerca do papel do Estado como fomentador do desenvolvimento, trazendo uma discussão institucional, em conjunto de análises comparativas. Assim, autores como Peter Evans ganham destaque no debate. Para o autor as variações na forma organizacional do Estado podem afetar o dinamismo econômico, destacando que o papel do Estado na economia não consiste em um debate acerca de seu tamanho, e sim das funções que o mesmo pode exercer na promoção do desenvolvimento. De acordo com Evans, chama a atenção observar as diferentes trajetórias de desenvolvimento regional, ao longo das últimas décadas, especialmente dos países do leste Asiático - Japão, Coréia do Sul, Cingapura e Taiwan - e, mais recentemente, a República Popular da China. Apesar de empregarem distintas estratégias de desenvolvimento, o Estado desempenhou papel fundamental para que esses países pudessem avançar em sua posição relativa na divisão internacional do trabalho (Diniz, 2013).

De acordo com o autor, a complexidade dos Estados faz com que sua composição, bem como sua relação estabelecida junto à sociedade, lhe permita diferentes capacidades de atuação. “Estruturas definem a gama de papéis que o estado é capaz de desempenhar. Os resultados obtidos dependem dos papéis se encaixarem no contexto e do quão bem eles são executados” (EVANS, 1995: 11). Logo, a discussão proposta pelo autor foge de fórmulas genéricas e abstratas que afirmam que qualquer intervenção do Estado é prejudicial ao funcionamento do mercado - e, portanto, da economia -, bem como não segue a visão idealizada de uma atuação inerentemente eficaz do Estado.

Evans (1995) identifica dois tipos de Estados: Estados predadores e de desenvolvimento. O primeiro, atua às custas da sociedade, prejudicando o desenvolvimento com sua incapacidade de impedir que o aparato governamental persiga objetivos individuais. Nas palavras do autor: “[...] a maximização individual tem precedência sobre a busca de objetivos coletivos” (Evans, 1995: 12). Desta forma, a orientação para a renda, bem como para interesses particulares de agentes privados, impossibilita que os projetos econômicos governamentais sejam alcançados com sucesso. Por sua vez, os Estados desenvolvimentistas, são caracterizados por sua autonomia e parceria.

A autonomia garante que os aparatos governamentais sejam altamente seletivos, além de munidos do recrutamento meritocrático e de recompensas de carreiras de longo prazo, corroborando para que a maximização individual por burocratas seja deixada de lado e para que o senso de metas coletivas se estabeleça. Já a parceria, parte da ideia da inserção do Estado na sociedade, promovendo parcerias entre os agentes privados e as instituições estatais no desenvolvimento de projetos e implementação de políticas. Segundo Diniz (2013: 14): “O Estado desenvolvimentista [...], além de burocracias estatais com alto desempenho, requer, ainda, [...] habilidade de promover formas mais abrangentes de enraizamento social ou parcerias com diversos segmentos da sociedade. ”

Com base na discussão em Evans (1995, 2004), o presente estudo busca compreender se as diferenças na estrutura do aparato estatal dos países, evidenciadas por sua capacidade de atuação autônoma e estabelecendo parcerias, devem prever diferenças na eficácia do desenvolvimento. Para este fim, estima-se um modelo de dados em painel tendo como variável dependente para desenvolvimento o PIB per capita dos países. Como proxies para autonomia, emprega-se os indicadores Direito de Propriedade e Gastos do Governo e como proxy para parceria os indicadores Liberdade de Investimento e Liberdade Financeira. Os dados abrangem 174 países no período de análise que se estende de 2013 a 2018.

De forma geral, os resultados demonstram que a taxa de desenvolvimento econômico dos países está diretamente ligada à capacidade autônoma e parceira do Estado. Quanto maior a autonomia, em termos de direitos de propriedade, maior tende a ser o nível de desenvolvimento alcançado, no entanto, em relação aos Gastos do Governo, essa relação não é necessariamente positiva, uma vez que, como preconiza Evans (2004), eficiência independe do tamanho do Estado. A mesma análise pode ser aplicada ao papel de parceria exercido pelo Estado. Um país que apresente Liberdade de Investimento e Liberdade Financeira, tende a propiciar uma melhor relação entre governo e sociedade. Desta maneira, os resultados corroboram as hipóteses de Peter Evans, no sentido de que condições específicas são capazes de promover um Estado desenvolvido.

O estudo prossegue da seguinte maneira. Na seção 2 apresenta-se a teoria que descreve a estrutura do Estado desenvolvimentista segundo Evans. Na seção 3 aborda-se o modelo empírico e base de dados. Em seguida, na seção 4, são exibidos os resultados da aplicação empírica do modelo. E, por fim, a seção 5 conclui o trabalho.

2. PARCERIA E AUTONOMIA

Os Estados desenvolvimentistas se destacam por sua capacidade administrativa. Utilizando-se da intervenção de forma estratégica, o mesmo promove transformação atuando de forma seletiva para impor forças de mercado. Para Evans (2004), não há desenvolvimento sem estado desenvolvimentista, o qual se pauta em instituições públicas sólidas e competentes. De acordo com o autor, a combinação ideal entre autonomia e parceria é o que garante a existência de um Estado desenvolvimentista. Referenciando autores como Gerschenkron (1962), Hirschman (1977, 1981) e Amsden (1989), Evans reafirma a necessidade de conexões entre o Estado e grupos sociais, destacando as sociedades capitalistas, onde a realização de investimentos e a atividade produtiva são dependentes da cooperação estabelecida junto a atores privados.

Estados não alcançam maior grau de eficiência quando minimizam suas conexões com a sociedade, assim como os mercados também não são capazes de obter bons resultados se isolados de conexões sociais. Desta forma, de maneira similar aos mercados, a “inserção” - *embeddedness* - do Estado nas formas de relações sociais se torna condicional para que o mesmo opere eficientemente, impulsionando o desenvolvimento. Estados quando inseridos em um conjunto de ligações sociais - que vinculam o Estado à sociedade -, fornecem canais institucionalizados para que seja possível a negociação e renegociação de objetivos e políticas em prol do desenvolvimento. Evans enfatiza a capacidade burocrática e a “*embedded autonomy*” - a inserção da burocracia pública na sociedade e na comunidade empresarial, atuando com relativa autonomia em relação à classe dominante - como característica essencial do estado desenvolvimentista.

Evans (2004) esclarece que o Estado exhibe padrões de intervenção específicos: “custódio”, “demiurgo”, “parteiro” e “pastor”. Em relação ao papel de “custódio”, o autor aponta que o mesmo está atrelado à função do Estado de regulador. Cabe às autoridades estatais formular e implementar leis - embora o poder para estabelecer as regras varie. O termo custodial identifica os esforços regulatórios que visam mais a restrição do que a promoção, onde os

reguladores atuam por intermédio do protecionismo, políticas públicas e prevenção de comportamentos ilegais. “Demiurgo” é uma forma de representar o papel de produtor do Estado, assumindo responsabilidade na produção de bens e serviços específicos, vinculado a investimentos em infraestrutura, de caráter público ou coletivo, como estradas, pontes e redes de comunicação. O papel de “parteiro” é uma resposta às dúvidas sobre a capacidade do capital privado. A classe empresarial é tida como incapacitada, ainda que apresente maleabilidade para alcançar objetivos. O Estado tenta então auxiliar os grupos empresariais a entrarem em áreas mais complexas da indústria através do exercício de seu papel como “parteiro”. Já o papel de “pastoreio” estatal consiste em auxiliar grupos empresariais privados, a fim de que estes consigam superar desafios. As políticas a serem adotadas para atingir este objetivo podem assumir diversas formas, desde a sinalização até o estabelecimento de organizações estatais para promoção de tarefas complementares.

A burocracia pública assume um papel estratégico no estado desenvolvimentista, no entanto, a classe empresária/industrial também desempenha um papel decisivo nesse arranjo, uma vez que exerce um poder de veto quando decide se deve ou não investir. Aliada a essa relação de parceria entre Estado e sociedade civil, Evans discute o grau de autonomia que o Estado deve possuir em relação aos grandes interesses econômicos. Analisando a atuação de sucesso do MITI - caso japonês no pós-guerra – e o fracasso de nações africanas como o Zaire, a autonomia das instituições pode ser vista como o caso em que se verifica “a capacidade de formular objetivos coletivos, ao invés de permitir que os funcionários busquem seus interesses individuais” (Evans, 1995: 45). O Estado possui, então, certa independência em relação a pressões sociais vindas de particulares. Logo, somente com autonomia é possível que o Estado tenha a liberdade para seguir estratégias coerentes de ajuste e de crescimento. Nas palavras do autor (Evans, 1993: 12): “A inserção é necessária para informações e implementação, mas sem autonomia a inserção irá degenerar-se em um supercartel voltado, como todos os cartéis, à proteção de seus membros contra mudanças no *status quo*”.

A discussão de organização autônoma dos Estados desenvolvimentistas de Evans é extensivamente inspirada no conceito de burocracia weberiana. Segundo o autor: “Weber oferece uma hipótese poderosa acerca de que tipo de organização interna provavelmente dará aos Estados a capacidade de construir mercados e promover o crescimento” (Evans, 1995: 22). Para Weber (1968), uma das características mais proeminentes das formas pré-burocráticas era a utilização das prerrogativas oficiais por seus membros para a otimização de interesses privados. Desta maneira, a superioridade do estado burocrático moderno surge com a sua capacidade de deixar de lado uma lógica individualista, fazendo com que os interesses dos burocratas passem a ser atendidos por meio da execução de suas próprias atribuições e pela contribuição prestada para o governo como um todo.

Para o alcance de tal orientação por parte do aparato governamental, Weber argumenta que as organizações administrativas públicas, pautadas na meritocracia e na concessão de recompensas de carreira a longo prazo - comparáveis àquelas recebidas por funcionários do setor privado -, seriam mais eficientes para a facilitação do crescimento capitalista do que outras formas de organização do estado. Segundo Evans (1995), é devido à essa “coerência corporativa” que os aparelhos governamentais teriam então um certo tipo de “autonomia”, condição necessária para a atuação dos governos em prol do desenvolvimento. Contudo, Evans destaca que o Estado desenvolvimentista é aquele que consegue combinar autonomia e parceria. Um fator não sobrevive sem o outro, sendo que a ausência de algum dos dois fatores acarretaria em um Estado incapaz de promover o desenvolvimento econômico. Nas palavras do autor:

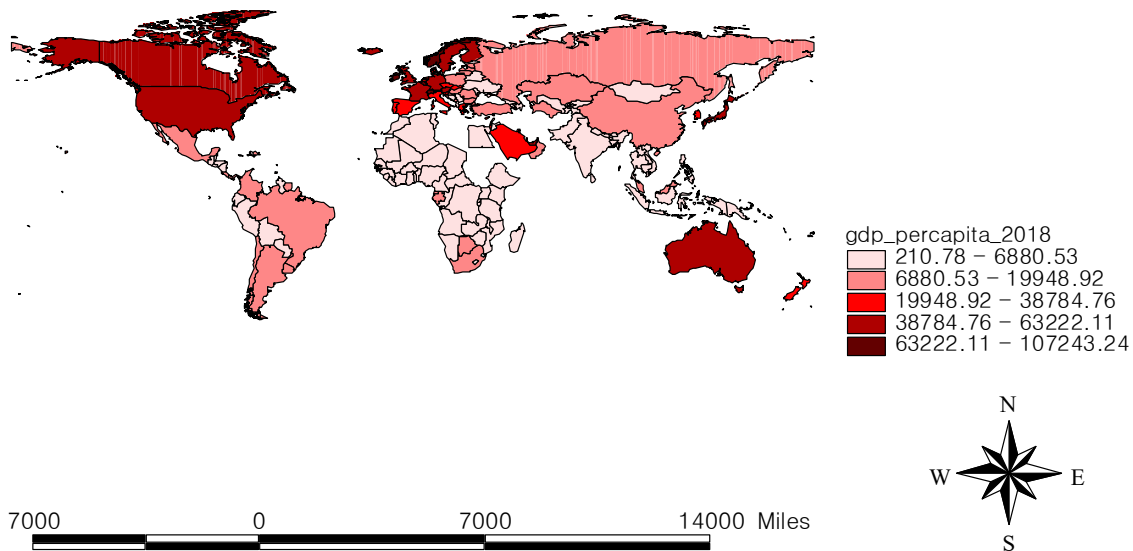
Qualquer um dos lados da combinação isolado não funcionaria. Um estado que fosse apenas autônomo careceria tanto de fontes de inteligência e quanto de capacidade de confiar na implementação

privada descentralizada. Densas redes de conexão sem uma estrutura interna robusta deixariam o Estado incapaz de resolver problemas de "ação coletiva", de transcender os interesses individuais de suas contrapartes privadas. Somente quando a inserção e a autonomia se unem um estado pode ser chamado de estado de desenvolvimento. (Evans, 1995: 12)

3. BASE DE DADOS E MODELO EMPÍRICO

Para a análise empírica da relação entre autonomia e parceria e desempenho econômico, selecionou-se dados para 174 países no período de 2013 a 2018.¹ Como proxy de desenvolvimento econômico, utilizou-se dados de PIB per capita extraídos do Banco Mundial - definido como produto interno Bruto a preços de 2011 dividido pela população.² A figura 1 apresenta a distribuição geográfica do PIB per capita - *gdp_percapita* - para o ano de 2018. É possível observar que os países com maiores níveis de PIB per capita se concentram na América do Norte, União Europeia, Japão e Austrália. Por outro lado, os países os menores níveis para o indicador encontram-se na África, Oriente médio, parte da América do Sul - Equador, Bolívia, Paraguai e Peru -, Ásia Central e Sudeste da Ásia.

Figura1 - PIB per capita - 2018



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Banco Mundial (2018)

¹ Por se tratar de uma análise de dados em painel, os países que não apresentaram dados para no mínimo dois anos foram excluídos da amostra.

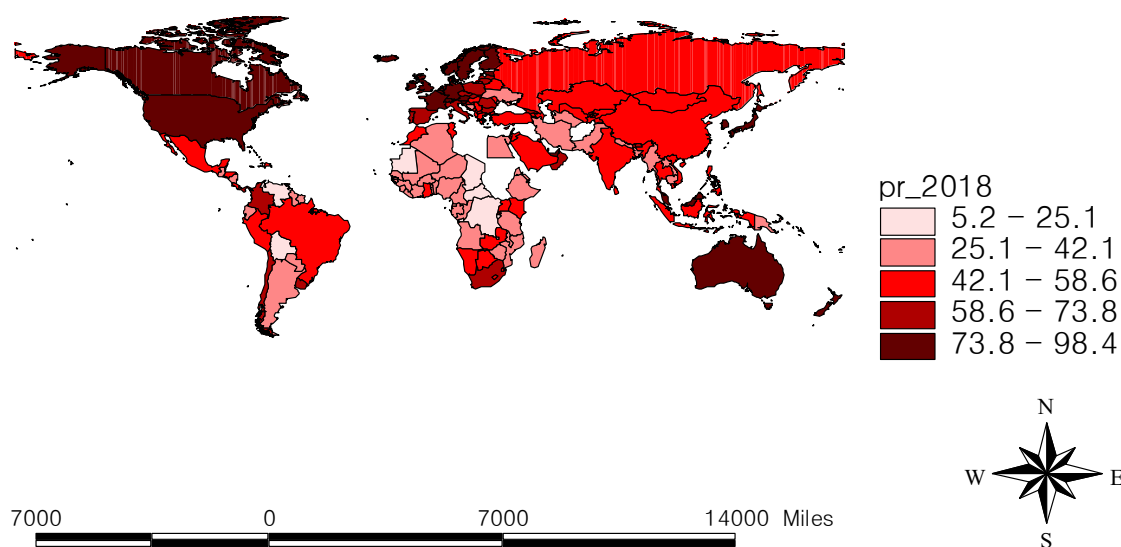
² O desenvolvimento humano de uma região não necessariamente está ligado somente às necessidades de crescimento da taxa produtiva (PIB per capita), mas sim às necessidades de avanço na vida socioeconômica da população (saúde, educação, moradia, entre outros). Contudo, de acordo com Cracolici *et al* (2009), o crescimento econômico quando acompanhado de uma boa distribuição do produto é pré-requisito para que as regiões consigam atingir níveis de desenvolvimento socioeconômicos cada vez maiores. Assim, o crescimento econômico possibilita a elevação da renda da região, aumentando o acesso aos bens e serviços necessários para uma vida produtiva.

Como proxy de autonomia e parceria, utilizou-se dados produzidos pela Heritage Foundation³ para os anos 2013 a 2018. A metodologia da Heritage Foundation resulta da média aritmética de 12 componentes agrupados em 4 pilares básicos: **i) Estado de Direito, ii) Tamanho do Governo, iii) Eficiência Regulatória e iv) Abertura de Mercado**. Os componentes, com base em uma escala de 0 a 100 são: (1) Direito de Propriedade; (2) Eficácia Judicial; (3) Integridade do Governo; (4) Carga Tributária; (5) Gastos do Governo; (6) Saúde Fiscal; (7) Liberdade de Negócios; (8) Liberdade de Trabalho; (9) Liberdade Monetária; (10) Liberdade de Comércio; (11) Liberdade de Investimento; (12) Liberdade Financeira. A partir da Heritage Foundation, foram selecionadas quatro variáveis a fim de entender o papel que o Estado autônomo e parceiro assume para o desenvolvimento econômico das nações. Desta forma, os indicadores de autonomia selecionados são: (1) Direito de Propriedade e (5) Gastos do Governo; e os de parceria: (11) Liberdade de Investimento e (12) Liberdade Financeira.

i) Direito de Propriedade - pr): O componente de Direito de Propriedade avalia até que ponto a estrutura legal de um país permite que indivíduos acumulem propriedade privada livremente. Quanto mais efetiva for a proteção legal da propriedade, maior será a pontuação de um país. Similarmente, menor será a pontuação, quanto maiores as chances de expropriação governamental da propriedade. A pontuação desse componente é derivada da média da pontuação de cinco subfatores: Direito de propriedade física, Direito de propriedade intelectual, Força de proteção ao investidor, Riscos de expropriação e Qualidade da administração da terra.

A partir da figura 2 é possível verificar a avaliação do nível de defesa da propriedade privada dos países no ano de 2018. Nota-se que os países com maior nível de Direito de Propriedade se encontram na América do Norte, União Européia, Japão e Austrália. Já os países com as piores avaliações no índice localizam-se na África, América do Sul e Oriente médio.

Figura 2 – Direito de propriedade - 2018



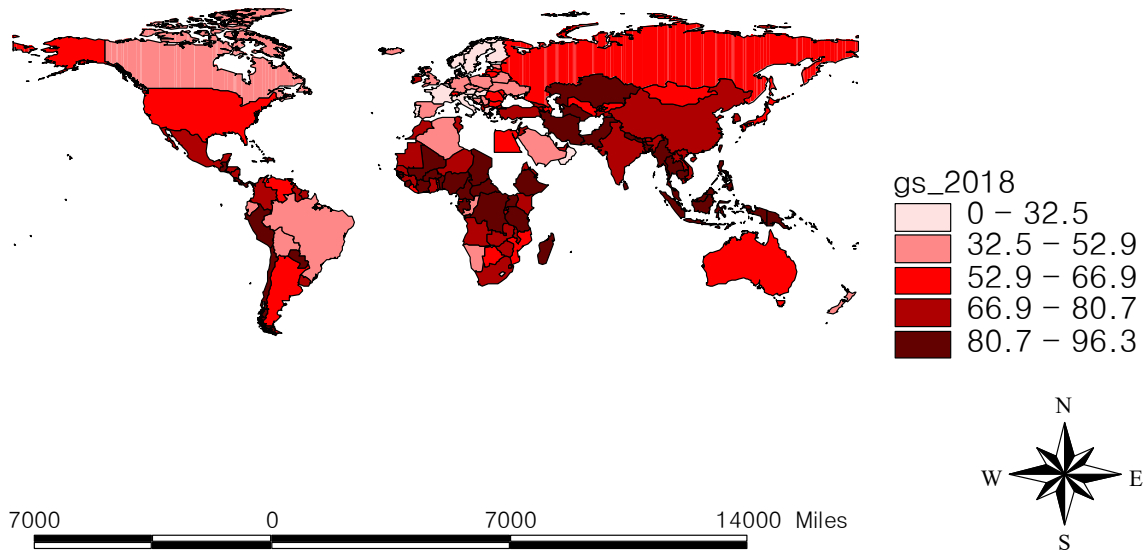
Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da Heritage Foundation (2018)

ii) Gastos do Governo - gs): O componente captura a carga imposta pelos gastos feitos pelo governo, o que inclui o consumo por parte do Estado e todos os pagamentos de transferências relacionados a vários programas de benefícios. A escala para pontuação dos gastos do governo não é linear, o que significa que gastos do governo próximos de zero são penalizados ligeiramente, enquanto que gastos do governo que excedem 30% do PIB indicam pontuações piores. Apenas níveis extraordinariamente altos de Gastos do Governo - por exemplo, 58% do PIB - recebem uma pontuação zero. A distribuição geográfica do índice que mensura o tamanho

³ Os dados utilizados podem ser acessados em <https://www.heritage.org/index/explore>

do Estado é apresentada na figura 3. Os países que tem maior participação do Estado na economia concentram-se na África, Ásia Central, Ásia Oriental e parte da América do Sul e Central. Em contrapartida, os países com menor participação do Estado estão na União Européia, mais Canadá e alguns países da África, América do Sul e Japão.

Figura 3 – Tamanho do Governo – 2018



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da Heritage Foundation (2018)

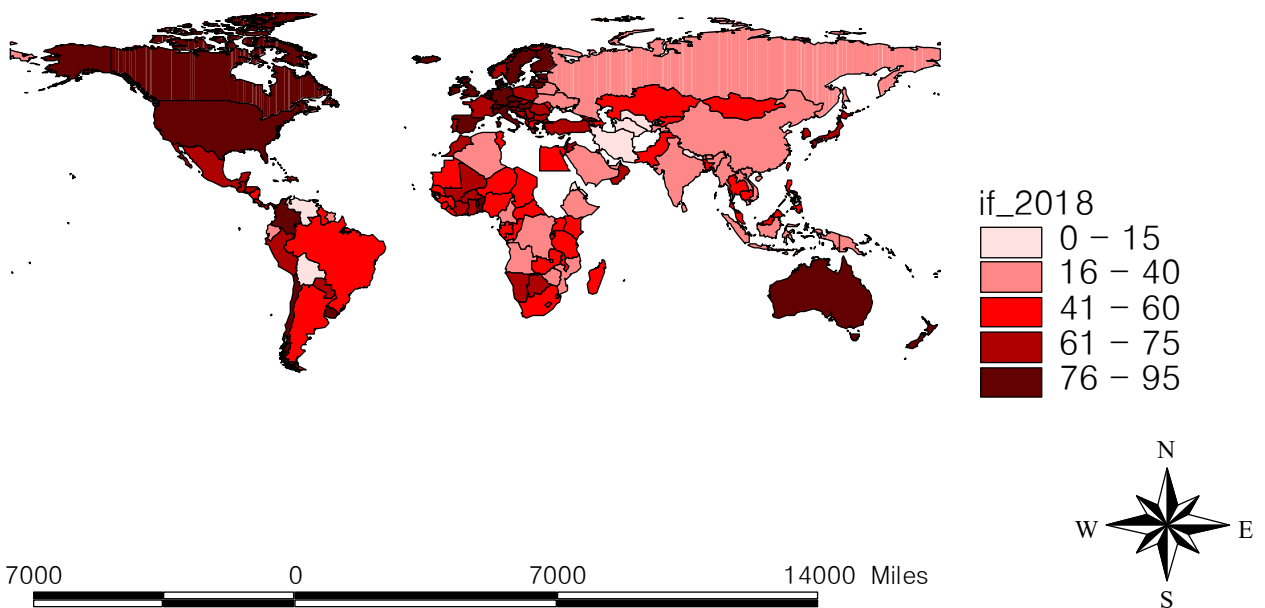
iii) Liberdade de Investimento - if e Liberdade Financeira - ff

O componente Liberdade de Investimento (if) avalia uma variedade de restrições regulatórias, como as diferentes regras para o investimento estrangeiro e para o investimento interno; restrições a pagamentos, transferências e transações de capital impostas ao investimento; fechamento de determinadas indústrias ao investimento estrangeiro; acesso ao câmbio, as quais são deduzidas da pontuação ideal de 100 no regime de investimento de um país.

O componente Liberdade financeira (ff) mede a eficiência bancária, bem como a independência do controle do governo e a interferência imposta ao setor financeiro através de cinco áreas: i) extensão da regulamentação governamental dos serviços financeiros, ii) grau de intervenção do Estado nos bancos e outras empresas financeiras através de propriedade indireta, iii) influência do governo na alocação de crédito, iv) extensão do desenvolvimento financeiro e do mercado de capitais v) abertura à concorrência estrangeira.

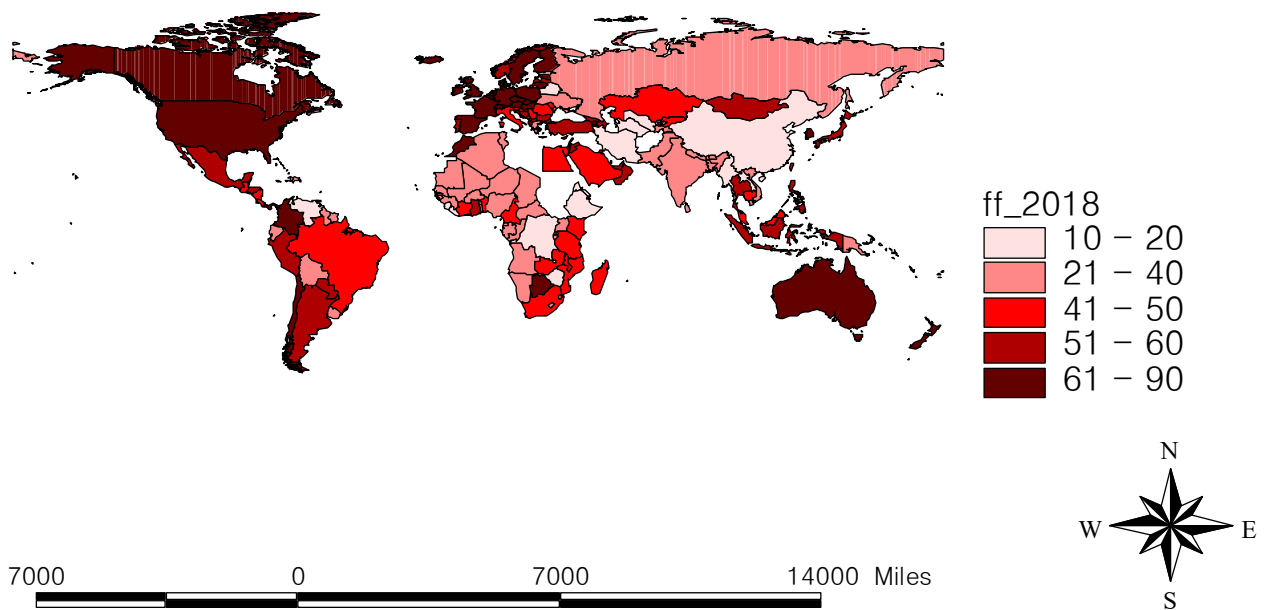
As figuras 4 e 5 apresentam a distribuição dos índices que mensuram, respectivamente, a Liberdade de Investimento e a Liberdade Financeira para os países no ano de 2018. De forma geral, os países melhor avaliados na defesa da Liberdade de Investimento e Financeira estão localizados na América do Norte, União Européia, Japão e Austrália. Por outro lado, os países com as piores avaliações nos dois índices integram as regiões da África, América do Sul, Oriente médio, Ásia Central e Sudeste da Ásia.

Figura 4 – Liberdade de Investimento – 2018



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da Heritage Foundation (2018)

Figura 5 – Liberdade Financeira – 2018



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da Heritage Foundation (2018)

De forma geral, as figuras 1, 2, 4 e 5 indicam uma relação positiva entre o PIB per capita dos países e os índices que mensuram Direto de Propriedade, Liberdade de Investimento e Liberdade Financeira. Essas evidências corroboram Evans (2004), já que para o autor, quanto maiores forem os direitos de propriedade (pr), maior será o PIB per capita de um país. Para o Gastos do Governo – figura 2 -, nota-se que a relação do índice com o PIB per capita não está claramente definida, uma vez que há países com elevado PIB per capita e Gastos do Governo - Estados Unidos e Austrália - e outros, com elevada participação do Estado, entretanto, com baixo PIB per capita - países da África. Portanto, enquanto pr, ff e if se relacionam de forma clara com o PIB per capita, gs pode se relacionar positivamente, negativamente ou até mesmo não ser significativo, pois, para Evans (2004) o nível ideal de gasto do governo varia de país para país, dependendo de fatores como cultura, geografia e nível de desenvolvimento econômico.

Assim, com base na discussão proposta por Evans (2004), avalia-se empiricamente através de uma abordagem de dados em painel as hipóteses de que os níveis de autonomia e parceria de um Estado estão diretamente envolvidos em seu desenvolvimento econômico. O modelo estimado é apresentado a seguir:

$$gdp_cap_{it} = \beta_0 + \beta_1 pr_{it} + \beta_2 gs_{it} + \beta_3 if_{it} + \beta_4 ff_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde β_0 é uma constante e β_1 , β_2 , β_3 e β_4 medem, respectivamente, o efeito de Direito de Propriedade (pr), Gastos do Governo (gs), Liberdade de Investimento (if) e da Liberdade Financeira sobre o PIB per capita (gdp_cap) dos países analisados.

4. RESULTADOS

Para a aplicação empírica, utiliza-se dados em painel dinâmico, estimados pelo método de GMM sistêmico (MMG-S) - proposto por Arellano e Bover (1995). A metodologia MMG-S permite inserir a variável dependente no vetor de variáveis explicativas a fim de capturar o fator inercial na determinação da taxa de crescimento do PIB per capita. A abordagem utiliza o valor defasado das variáveis explicativas como instrumento para controlar a endogeneidade gerada pela causalidade reversa entre a variável dependente, Y_t , e seu valor defasado, Y_{t-1} . Adicionalmente, a partir do método de GMM sistêmico (MMG-S) é possível controlar os efeitos fixos não observados estimando a equação em diferença.⁴ A utilização do método de MMG-S justifica-se face a uma gama de trabalhos⁵ evidenciar a dinâmica na trajetória da taxa de crescimento do PIB per capita dos países.

A tabela 1 apresenta os resultados do ajuste do modelo estimado – teste de autocorrelação dos resíduos (abond). Segundo o teste de Arelano e Bond, a 95% de confiança não se rejeita a hipótese nula de não autocorrelação dos resíduos para o segundo *lag* da defasagem do modelo, indicando consistência dos parâmetros estimados.⁶ Assim, a primeira coluna da tabela 1 apresenta os coeficientes estimados de forma consistente por MMG-S.⁷ A variável dependente defasada em um período, $lngdpper_{t-1}$, se mostra significativa a 95% de confiança, revelando que a taxa de crescimento do período anterior tem impacto sobre o crescimento do PIB em t. Não obstante, como o valor do coeficiente de $lngdpper_{t-1}$ apresenta-se menor que 1, o mesmo indica a convergência relativa⁸ entre as taxas de crescimento do produto per capita dos países - ou seja, cada país estaria convergindo para uma determinada taxa de crescimento.

Acerca das variáveis que mensuram o papel da autonomia do Estado sobre o desempenho econômico, nota-se que o coeficiente da variável Direito de Propriedade (lnpr_) apresenta-se significativo a 99% de confiança. Adicionalmente, o parâmetro está positivamente relacionado ao nível de atividade econômica, de forma que a maior proteção da propriedade privada tem relação direta com o crescimento do PIB per capita. Logo, uma melhora de 1% no Direito de Propriedade implica em um aumento de 0.023% no PIB per capita do país. Este

⁴ Para maiores detalhes sobre os procedimentos de estimação do método MMG-S, ver Wooldridge (2002).

⁵ Ver Ismail (2008), Efendic *et al* (2009), Fukase (2010), Heid *et al* (2011).

⁶ Vale ressaltar, por realizar a estimação de forma robusta, não se fez necessário a implementação de teste para identificar a qualidade dos instrumentos.

⁷ Vale ressaltar, a fim de suavizar a discrepância de escala numérica, todas as variáveis foram logaritimizadas.

⁸ Para mais detalhes sobre o conceito de convergência relativa, ver Barro e Sala-i-Martin (1995).

resultado corrobora as evidências apresentadas nos mapas 1 e 2, onde os países com maior PIB per capita também apresentam o maior nível de performance econômico.

Já a variável Gastos do Governo ($lngs_t$) se mostra não significativa, indicando que um país pode se desenvolver economicamente gastando muito ou pouco. Tal indício pode ser reforçado ao se observar os mapas 1 e 3, uma vez que fica evidenciado que países como Estados Unidos e Austrália possuem, simultaneamente, um Estado relativamente grande e um elevado nível de PIB per capita. Por outro lado, países da África, como a República Democrática do Congo e Tanzânia, apresentam um Estado grande, porém baixo nível de desenvolvimento – mensurado pelo PIB per capita. Desta forma, como evidenciado por Evans (2004), os Gastos do Governo são essenciais para o desempenho econômico dos países, no entanto os mesmos devem ser implementados sob a tutela de um estado eficiente.

Tabela 1: Painel com Efeitos Fixos

Variáveis\Procedimento	MMG-S	POLS	EA	EF	RETC-EF
$lngdp_cap_{t-1}$	0.921*** (0.000)	-	-	-	-
$lnpr_t$	0.023*** (0.000)	1.252*** (0.000)	0.063*** (0.000)	0.058*** (0.000)	0.043*** (0.000)
$lngs_t$	0.012 (0.188)	-0.656*** (0.000)	0.223 (0.196)	0.028* (0.099)	0.034** (0.016)
$lnff_t$	0.141** (0.022)	0.974*** (0.000)	0.034 (0.614)	-0.034 (0.618)	0.587*** (0.000)
$lnif_t$	0.019* (0.091)	-0.176 (0.790)	0.028 (0.186)	0.026 (0.221)	0.058*** (0.006)
Constant	-0.069 (0.677)	3.578*** (0.000)	8.071*** (0.000)	8.322*** (0.000)	5.923*** (0.000)
Observações	797	956	956	956	792
R ²	-	0.566	0.377	0.157	0.354
Rho	-	-	-	-	0.810
D _p \p_valor	-	-	-	-	215.154\0.000
Testes de especificação e pós estimação					
Teste					Estatística
Breusch-Pagan					1704.42 (0.000)
Hausman					169.53 (0.000)
Abond					
lag_1					-1.781* (0.074)
lag_2					0.482 (0.629)

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Variável dependente: PIB per capita ($lngdp_cap$)

† p-valor entre parênteses

D_p: Estatística de Wooldridge (2002)

Fonte: Elaboração dos autores

No que tange as variáveis de parceria, $lnff_t$ e $lnif_t$, quanto maior a eficiência das instituições financeiras e das regras para realização de investimentos, melhor o cenário para o crescimento do produto interno bruto per capita do país. Em termos quantitativos, uma melhora de 1% na Liberdade Financeira ($lnff$) e na Liberdade de Investimentos, implica em um aumento de 0.141% e 0.019% no PIB per capita dos países, respectivamente. Essas evidências são

corroboradas com a comparação da distribuição das variáveis proxy de um estado parceiro – figuras 4 e 5 – com a distribuição da variável proxy para desempenho econômico – figura 1 -, onde observa-se que os países com maior liberdade financeira e de investimentos também são os países com maior nível de desempenho econômico.

Para verificar a robustez estatística da análise implementada, o modelo empírico é reestimado - equação 1 - utilizando os métodos de Pooled Ordinary Least Squares (POLS), Painel com efeitos aleatórios (EA), com efeitos (EF) e regressão com erros temporalmente correlacionados controlando os efeitos fixos (RETC-EF) - estimações apresentadas nas colunas 2, 3, 4 e 5 da tabela 1, respectivamente. Todos os procedimentos de especificação e pós estimação foram adotados para verificar o ajuste das estimações⁹ - tabela 1. No que tange aos procedimentos de especificação do POLS, EA e EF, aplicou-se os testes de Breusch-Pagan e Hausman para identificar e caracterizar os efeitos não observados específicos de cada microrregião. O p-valor dos testes - 0.000 - indica a presença de efeitos não observados, com a característica de serem fixos no tempo, portanto, desprezando as estimações por POLS e EA em favor do modelo de efeitos fixos (EF).

Após, identificar que EF tem melhor ajuste em comparação ao POLS e EA, compara-se o primeiro com o modelo de regressão com erros temporalmente correlacionados (RETC-EF). O poder de explicação dos modelos, R^2 , indica que a análise feita por RETC-EF tem um maior poder de explicação quando comparada ao EF, o que traz maior robustez à estimação MMG-S a qual também tem como hipótese a relação dinâmica na variável dependente e o controle dos efeitos não observados tratados como fixos no tempo. Assim, em termos de parâmetros, exceto para *lngs_* que passa a ser significativo em RETC_EF, os demais coeficientes apresentam-se com significância e sinais similares aos coeficientes estimados por MMG-S. Esta evidência reforça os resultados apresentados pela estimação via MMG-S de que a autonomia e parceria do Estado são fatores relevantes para determinação da taxa de desenvolvimento dos países.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deixando de lado o maniqueísmo do Estado bom ou ruim, Evans (2004) diz que o Estado pode ser problema ou pode ser solução, a depender da forma como o mesmo é estruturado. Desta maneira, tendo como base a análise desenvolvida por Peter Evans, o presente artigo buscou investigar a relação entre autonomia e parceria do Estado com desenvolvimento econômico. Empregou-se um modelo empírico no qual a taxa de crescimento do nível de atividade econômica de um país é função da autonomia e da parceria, representadas por quatro variáveis: Direitos de Propriedade, Gastos do Governo, Liberdade de Investimento e Liberdade Financeira. Utilizando dados para 169 países no período de 2013 a 2018, realizou-se exercícios econométricos para testar o modelo estruturado.

De forma geral, os resultados demonstram como a taxa de desenvolvimento econômico dos países está diretamente ligada à capacidade autônoma e parceira do Estado. Através dos direitos de propriedade bem estruturados, em forma de leis implementadas e cumpridas de forma eficiente, o Estado atende a essa autonomia relativa e revela a boa atribuição de custódia. No mesmo sentido, utilizando os gastos públicos, de forma extensiva ou não, o Estado contribui para o atendimento do papel de demiurgo, novamente atendendo aos papéis de um Estado desenvolvimentista. Quanto maior a autonomia, em termos de direitos de propriedade, maior tende a ser o nível de desenvolvimento alcançado, no entanto, em relação aos Gastos do Governo, essa relação não é necessariamente positiva, uma vez que, como preconiza Evans (2004), eficiência independe do tamanho do Estado.

⁹ Para maiores detalhes sobre os procedimentos de especificação e estimação dos modelos de longitudinais utilizando POLS, EA, EF e RETC-EF, ver Wooldridge (2002) e Baltagi e Wu (1999).

A mesma análise pode ser aplicada ao papel de parceria exercido pelo Estado. Um país que apresente Liberdade de Investimento e Liberdade Financeira, tende a propiciar uma melhor relação entre governo e sociedade. O Estado se torna parceiro do setor privado nessas condições, garantindo o ambiente propício para a realização dos investimentos e, conseqüentemente, fomentando o aumento do PIB per capita. Desta maneira, os resultados corroboram as hipóteses de Evans (2004), no sentido de que condições específicas são capazes de promover um Estado desenvolvido. A conjugação entre autonomia e parceria, isto é, entre propriedades protegidas, negócios estimulados junto aos agentes, além da livre entrada de investimentos e livre circulação financeira, entre outros, são características que compõem um Estado desenvolvimentista e que, portanto, devem ser estimuladas na busca pelo aumento do nível de desenvolvimento econômico dos países.

Baseado em Evans (1993), o Estado precisa, além de ser autônomo, conectar-se com a sociedade. Garantir qualidade à burocracia tende a ser um desafio menor quando se comparado com a necessidade de inserção do Estado autônomo na sociedade. Este é um problema, principalmente nos países subdesenvolvidos, compostos por múltiplos grupos de interesse com ainda escassa definição institucional no sentido da pavimentação do caminho de coalizões voltadas para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSDEN, A. *Asia's next Giant, South Korea and late industrialization*, Oxford University Press, 1989.

ARELLANO, M., BOVER, O. Another look at the instrumental variable estimation of error components models. *Journal of Econometrics*, 68(1), 29-51, 1995.

BALTAGI, B. H.; PING. X. W. Unequally spaced panel data regressions with AR (1) disturbances. *Econometric Theory*, Vol.15, num 6, Inglaterra, Cambridge University Press, Dezembro, pp. 814-823, 1999.

BARRO, R J., SALA-I-MARTIN, X. *Economic Growth*. New York, McGraw Hill, 1995.

CRACOLICI, M., CUFFARO, M., NIJKAMP, P. The Measurement of Economic, Social and Environmental Performance of Countries: A Novel Approach. *Social Indicators Research*, v.95, n.2, p.339-356, 2009.

DINIZ, E. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, 2013.

EFENDIC, A., PUGH, G., ADNETT, N. Institutions and Economic Performance: System GMM Modelling of Institutional Effects in Transition. Unpublished Paper, Staffordshire University Business School, Stoke-on-Trent, UK, 2009.

EVANS, P. *Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

EVANS, P. *Estado, Reformas e Desenvolvimento: o Estado como problema e solução*. São Paulo: Lua nova, 1993.

EVANS, P. *Embedded Autonomy: States & Industrial Transformation*. Princeton University Press, 1995.

FUKASE, E. Revisiting Linkages between Openness, Education and Economic Growth: System GMM Approach, *Journal of Economic Integration*, v. 25, n. 1, p. 194–223, 2010.

GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective: a book of essays*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1962.

HIRSCHMAN, A. A generalized linkage approach to development, with special reference to staples. *Economic development and cultural change*, v. 25, p. 67, 1977.

HIRSCHMAN, A. *Essays in trespassing: Economics to politics and beyond*. CUP Archive, 1981.

HEID, B., Langer, J., Larch, M. Income and democracy: Evidence from System GMM estimates. *Economic Letters* n.116, v. 2, p.166–169, 2012.

ISMAIL, N. Growth and convergence in ASEAN: A dynamic panel approach. *International Journal of Economics and Management*, 2(1), 127 – 140, 2008.

KRUEGER, A. The political economy of the rent-seeking society. *The American economic review*, v. 64, n. 3, p. 291-303, 1974.

THE HERITAGE FOUNDATION. Página Institucional. Disponível em <https://www.heritage.org/index/explore>. Acesso em: 15 dez 2018.

WEBER, Max. *On charisma and institution building*. University of Chicago Press, 1968.

Wooldridge, J. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. MIT Press, Cambridge, Mass., 2002.